

Suspeita de cartel amplia contrato sob gestão Lula



Sede da estatal Codevasf em Brasília. (Arquivo B&B - 14/03/2023/Folhapress)

Governo Lula aprova benefícios em série a suspeita de cartel alvo de TCU e CGU

Aditivos contratuais favorecem empreiteira; estatal Codevasf afirma que visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços

Filáio Ferreira e Mateus Vargas

“ A prorrogação de prazos assegura a continuidade da prestação de serviços e o emprego efetivo de recursos orçamentários já empenhados

Codevasf em nota

SÃO PAULO E BRASÍLIA. O governo Lula (PT) assinou neste ano aditivos contratuais que favorecem a empreiteira Engenfort, alvo de acusações de irregularidades detectadas pela CGU (Controladoria Geral da União) e indicada em auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) como a líder de um cartel que teria fraudado licitações de pavimentação no total de mais de R\$ 1 bilhão de reais em 2022. Esses aditivos, por meio da estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba), tratam principalmente da prorrogação ou “reincio” de 12 contratos cujos valores originais somam cerca de R\$ 860 milhões para obras nos estados de Amapá, Bahia, Ceará, Paraíba, Sergipe e Tocantins. Dois desses contratos do Amapá já foram atacados por fiscalizadores do TCU e da CGU. Os auditores encontraram nas obras desvios, superfaturamentos e falta de projeto, entre outras irregularidades. Apesar disso, agora sob Lula, um desses contratos teve seu valor aumentado e seu prazo prorrogado em 2023. Outros contratos foram entendidos apesar de ainda não terem saído da estaca zero. Além das irregularidades nos contratos aditivados, o TCU e a CGU já apontaram irregularidades graves em várias outras obras da Engenfort, levando a própria Codevasf a abrir procedimentos internos. A estatal já afirmou que suas apurações podem levar a pedidos de ressarcimento à Engenfort. No Maranhão, por exemplo, as acusações são de desvios com “surpresas fantasmas” nas obras. A Codevasf foi entregue pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) ao controlador e mantida dessa forma por Lula em troca de apoio no Congresso, no chamado “toma lá, dá cá”. Presidente da estatal desde 2019, indicado pelo líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), o engenheiro Marcelo Moreira foi mantido pela gestão Lula. O novo governo promove mudanças em diretorias e nas superintendências estaduais para conseguir apoio no Congresso. A Engenfort, construtora maranhense sediada em Imperatriz (a 630 Km de São Luís), chegou a dominar licitações de pavimentação da Codevasf na gestão Bolsonaro, muitas vezes participando sozinha ou

na companhia de empresa de fachada, como revelou a Folha. A maior parte dos contratos da estatal com a empreiteira foi absorvida por emendas parlamentares. Três das obras que receberam aditivos em 2022, orçadas em R\$ 90 milhões, foram indicadas pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil/AP). Em um dos casos que envolveu emendas de relator de autoria de Alcolumbre, técnicos do TCU já chegaram a apontar direcionamento pelo congressista em favor da Engenfort. Em ofício que enviou à estatal no qual escolheu as cidades a serem beneficiadas e o tipo de pavimento que elas receberiam, Alcolumbre anexou até uma planilha com o timbre da construtora. Já o relator do caso, o ministro Jorge Oliveira, não viu favorecimento de Alcolumbre à Engenfort. O ministro acatou o argumento de que a construtora havia ganhado todas as licitações de diferentes tipos de pavimentação no Amapá, e assim de qualquer forma levaria os contratos ao estado. A construtora já fez uma reunião na Codevasf com Alcolumbre, sem registro em ata. Em 2 de setembro de 2022, o senador e Fernando Teles Antunes Neto, gerente comercial da Engenfort, tiveram encontro com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira.

Em relatório divulgado neste ano, a CGU afirmou que ainda não havia definição sobre quais ruas seriam pavimentadas em duas destas obras apadrinhadas por Alcolumbre, cerca de dois anos após a assinatura dos contratos. Além de atrasos, a controladoria aponta sobrepreço (R\$ 1,4 milhão), superfaturamento (R\$ 592,2 mil) e outros prejuízos no valor de R\$ 1,9 milhão, como em falhas no dimensionamento das pavimentações. Ou seja, irregularidades de cerca de R\$ 3,9 milhões. Um dos contratos para o Amapá foi assinado em 2021 e recebeu três aditivos no governo Lula, em janeiro, fevereiro e abril. Ao fim do governo Bolsonaro, o contrato tinha valor de aproximadamente R\$ 28,8 milhões, mas, com os aditivos assinados em janeiro e abril, o montante subiu para cerca de R\$ 29,2 milhões. Já o adendo de fevereiro prorrogou o prazo do contrato em dez meses. Um dos aditivos na Paraíba chegou a apontar o “reincio do contrato”. Os aditivos de abril prorrogaram os prazos para mais um ano.

Fiscalização feita em setembro de 2022 pela CGU ainda encontrou falhas no aditivo pago com as emendas de Alcolumbre. Fotos da auditoria em Macapá (AP) mostram que parte do piso se desloca para a lateralidade da pista, formando fendas perto do acostamento.

Dos 12 contratos que receberam aditivos, ao menos quatro têm 0% de execução, segundo informações da Codevasf. A obra mais adiantada no grupo que recebeu aditivo em 2022 tem 87% concluída e custou R\$ 2,5 milhões, enquanto o segundo contrato mais avançado tem 26% de execução.

O site da Codevasf não mostra dados sobre duas obras. Uma delas, no Ceará, também virou alvo da CGU. O órgão diz que o orçamento desse contrato, de R\$ 45 milhões, inclui serviços de R\$ 7,2 milhões que não serão feitos, como o deslocamento de árvores. Questionada na semana passada sobre a Codevasf ter ampliado contratos com a Engenfort mesmo após ressalvas de órgãos de controle, a Secon não se manifestou.

Estatal diz que aditivos buscam continuar obras

OUTRO LADO

A Codevasf afirmou que “os aditivos mencionados referem-se a dilatações de prazo”. “A prorrogação de prazos assegura a continuidade da prestação de serviços e o emprego efetivo de recursos orçamentários já empenhados”.

A estatal negou que tenha ocorrido aumento do valor de um dos contratos do Amapá por meio de aditivo.

Segundo a estatal, o aditivo “refere-se à formalização de pagamento do valor indenizatório relacionado a reequilíbrio econômico-financeiro”.

O equilíbrio tem por objetivos manter as condições efetivas da proposta aprovada em licitação pública e estabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente”, afirmou.

Sobre a fiscalização da CGU, a estatal sustentou que “tem adotado medidas para ajustar processos com vistas ao atendimento a apontamentos de relatórios de auditoria, inclusive em relação a valores”.

Em nota, a Engenfort afirmou que repudia “veementemente quaisquer alegações de indícios de formação de cartel, conluio e fraude existentes nos certames licitatórios em que participou” e “não compacta com quaisquer ilícitos”.

A empresa informou que “todas as respostas necessárias serão apresentadas aos órgãos responsáveis”.

O senador Davi Alcolumbre afirmou que espera que os órgãos de controle, “no papel de auxiliares do Congresso”, “exercem sua missão nos processos instaurados para fiscalizar as denúncias de irregularidades, considerando que a Codevasf é a empresa responsável por todo o processo de execução orçamentária e de implantação das obras realizadas com recursos de emendas parlamentares destinadas com a finalidade de atender ao interesse público”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4